

A construção do PIBID como política pública de formação docente – panorama de construção do programa

Marcos Vogel
PIBID-UFES

17

A formação de professores é um processo complexo devido à necessidade da formação integral do educando. Constitui-se, portanto, em um processo que gera uma série de conflitos e reconsiderações das representações construídas sobre o “ser professor de Química”. Considerar que o trabalho docente possa ser uma tarefa trivial, não reconhecendo o nível de complexidade envolvido nessa atividade, pode ser prejudicial para a formação do futuro professor (LÜDKE; BOING, 2012) porque, ao considerá-la “fácil”, pode-se criar uma série de equívocos no processo de formação inicial de professores como, por exemplo, as pessoas entenderem ser a ação profissional do professor menos exigente do que a de outras profissões, levando a negligências nos processos formativos.

Assim, vai-se cristalizando na sociedade brasileira um sentimento de que o ato de ensinar pode ser desempenhado por profissionais com formação deficiente, ou pior, que possa ser realizado por qualquer tipo de profissional, sem formação específica para ser professor.

Além disso, vivencia-se um processo de fragilização da atividade docente, oriundo de uma série de fatores, que vão da massificação e proletarização do trabalho, às condições a que normalmente esse profissional é exposto (ALVES-MAZZOTTI, 2007; ENGUITA, 1991; TARDIF, 2002).

Ainda há uma percepção da importância da figura do professor na sociedade, brasileira devido à visibilidade e influência desses profissionais no comportamento das pessoas, apesar das várias características negativas em geral associadas ao exercício da profissão no País, tais como as indignas condições salariais e de trabalho da maioria das escolas públicas e privadas. Entretanto, esses fatos associados ao exercício profissional, amplamente conhecidos e, infelizmente, naturalizados pela sociedade brasileira acabam por



repelir muitas pessoas deste campo de atuação, muitas vezes já antes de ingressarem na formação inicial. Portanto, além dos processos de formação serem estudados, com o compromisso de se entender e melhorar as condições de formação dos professores, há necessidade de se estabelecer uma política de Estado no País que de fato venha a valorizar a educação além do slogan ou de intervenções pontuais e pouco eficazes, por não atuarem quanto ao cerne do problema.

Neste contexto, entra em cena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). A existência do PIBID está intimamente relacionada ao processo de formação inicial de professores, sendo fruto de uma política que ampliou o investimento na formação de professores nos últimos dez anos, com forte impacto no processo de formação de professores, uma vez que as matrículas nas licenciaturas presenciais passaram de 648.666, no ano de 2001, para 1.354.989 em 2010, indicando que o número de licenciaturas aumentou em oferta e quantidade neste período (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012).

O PIBID é um programa que surge com a pretensão de resolver parte dos problemas enfrentados pela formação de professores, inicialmente os de Ciências da Natureza, desde a formação deficiente, os altos índices de evasão e a alta necessidade de formação, uma vez que existe um débito muito alto em relação ao número de profissionais no país, sendo ampliado para outras Licenciaturas a partir do segundo Edital que data do ano de 2010 (GATTI; BARRETTO, 2009).

Tem sua gênese em uma ação do governo federal, do ano de 2007 com a publicação da lei nº 11.502 e é imputada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível superior (CAPES) a responsabilidade de fomentar e construir programas também para o Ensino Básico, tanto em ações de formação inicial, quanto em ações de formação continuada. Essa incumbência justifica-se por sua atuação que, supostamente, tem sido a garantia da excelência dos Programas de Pós-Graduação (NEVES, 2012).



A Lei nº 11.502, de 2007 (BRASIL, 2007), regulamentada pelo Decreto nº 6.316/2007 e, mais tarde, pelo Decreto nº 7.692 de 2012, altera o texto da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, no que se refere ao conteúdo dos artigos 2º e 6º, permitindo que a CAPES passe a auxiliar o Ministério da Educação no planejamento e implementação de políticas de formação do magistério ligado à Educação Básica. Assim, a CAPES passa a estabelecer convênios com Estados e Municípios visando garantir a execução de projetos de interesse da Nação no que tange à formação de professores.

Para atuar segundo essas novas competências, a CAPES têm o apoio do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (CTC/EB). Ainda, foram criadas as Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica (DEB), para implementar os vários programas voltados à formação profissional dos docentes no Ensino Básico.

Uma das ações da DEB foi o lançamento do primeiro edital sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência no primeiro mês do ano de 2008 (BRASIL; MEC/CAPES/FNDE, 2007). Este edital operacionalizava uma ação conjunta entre a CAPES, o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com vistas a incentivar a formação de professores do Ensino Básico para a melhoria do ensino com uma ação objetiva de apoio aos licenciandos pela concessão de bolsas de iniciação à docência. Essa ação buscava melhorar as ações na formação inicial, incrementando a relação entre a universidade e a Escola Básica.

Também era intenção do edital fomentar experiências que vinham sendo desenvolvidas na universidade como pesquisa, trazendo-as para o campo fértil do espaço escolar, estreitando os laços entre a Universidade e a Escola, promovendo, dessa forma, a valorização da escola pública como campo de formação. A Portaria Normativa no 38/2007 institui o PIBID como ação do Ministério da Educação em parceria com a CAPES. Nesse decreto, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, apresenta os objetivos do Programa, seu público-alvo e os atores que fariam parte da ação (BRASIL, 2007; DEIMLING, 2014)



No ano de 2009, foi lançado um segundo edital referente ao PIBID trazendo mudanças significativas no que se referia ao impacto desse programa, pois houve ampliação para abranger as Instituições Públicas Estaduais de formação de professores, além das federais. A ampliação também atendeu à necessidade de outros cursos de formação de professores, além daqueles das Ciências da Natureza. Assim, foram contempladas outras Licenciaturas: em Filosofia, Sociologia, Pedagogia e, complementarmente, as Licenciaturas em Letras Língua Estrangeira, Interculturais (formação de professores indígenas), Educação do Campo, para Comunidades Quilombolas, Educação de Jovens e Adultos e eventuais demais Licenciaturas, desde que justificada sua necessidade social no local ou região (BRASIL; FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - DEB, 2009).

Em 2013, foi lançado o edital Nº 061/2013 que unificava os editais anteriores, estabelecendo que, em uma instituição não poderia haver coexistência de diferentes projetos institucionais. No total, o edital previa cerca de setenta e duas mil bolsas PIBID (72.000), mas os dados apresentados no sítio da CAPES13 indicam cerca de noventa mil (90.000) bolsas no final das contratações¹⁴ (CAPES, 2013). O expressivo crescimento quantitativo do PIBID; a evolução dos editais e da regulamentação; a sólida adesão das instituições participantes; a procura de diretores de escolas e de secretários de Educação pelos bolsistas; o número de Teses, Dissertações, Monografias, artigos e trabalhos acadêmicos publicados e apresentados em eventos no país e no exterior são indicadores do sucesso do programa (GATTI et al., 2014, p. 6).

A CAPES, para regulamentar a ação do Programa, lança a PORTARIA Nº 096, de 18 de julho de 2013 (CAPES, 2013). A PORTARIA Nº 096/2013 esclarece claramente a função dos participantes do PIBID a quem está concedendo bolsas. Assim, as mudanças refletem o momento em que o Programa PIBID, no ano de 2015, passou de uma política de governo para uma política de Estado com a Lei nº 12796 (BRASIL; COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), 2013) a



qual inclui o PIBID como uma das políticas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996). O artigo 62, parágrafo 5º, evidencia o teor principal da mudança,

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior (BRASIL; COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, 2013).

Nesse contexto, os Programas de Iniciação à Docência são importantes para o desenvolvimento de uma concepção de escola mais próxima da realidade já durante o processo formativo, reduzindo a distância entre a formação teórica propiciada nos cursos de formação inicial e a dura realidade enfrentada pelos professores em exercício, que será aquela a administrar quando os alunos saírem da universidade e adentrarem nesse espaço. Fazer com que este programa seja respeitado e ampliado é a garantia de que novos licenciandos sejam formados em um ambiente fértil para a discussão e a ampliação da educação Pública de qualidade.

A partir de 2016 o PIBID passa por uma série de ataques e atualmente sofre com a perda de bolsas e o desrespeito a esta política de formação de professores que é tão importante para os seus egressos. Portanto, precisamos constantemente estar em alerta para defender esse programa que foi pioneiro na formação de professores a partir da junção entre a Universidade e a Escola Básica.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas. **Ensaio**, v. 15, n. 27, p. 579–594, 2007.

BRASIL. 9394. **Lei diretrizes e bases da educação nacional**. 1996.

BRASIL. **LEI Nº 11.502, DE 11 DE JULHO DE 2007**. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/lei11502.pdf>.



BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - EDITAL Nº 061/2013**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_061_2013_PIBID_RETIFICADO.pdf. Acesso em: 4 nov. 2015.

BRASIL. FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES - DEB. **EDITAL CAPES/DEB Nº02/2009 - PIBID**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_PIBID.pdf. Acesso em: 1 jan. 2009.

BRASIL. MEC/CAPES/FNDE. **EDITAL MEC/CAPES /FNDE: Seleção pública de propostas de projetos de iniciação à docência voltados ao Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_PIBID.pdf. Acesso em: 1 jan. 2007.

DEIMLING, N. N. M. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: Contribuições, Limites e Desafios Para a Formação Docente**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

ENQUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, v. 4, p. 41–61, 1991.

GATTI, B.; BARRETTO, E. S. De S. (Org.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF, Brasil: Unesco Representação no Brasil, 2009.

GATTI, B. *et al.* **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. São Paulo: FCC. V. 41, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2010 - RESUMO TÉCNICO**. Brasília: INEP, 2012.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. Do trabalho à formação de professores. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 428–451, 2012.

NEVES, C. M. De C. A Capes e a formação de professores para a educação básica. (Portuguese). **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, 3 mar., v. 8, n. supl.2, p. 353–373, 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

